

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

8-C-80

03

Curso .C.-PEM/96.....

Partido

Solução do P-III-7 (Mo).....

Apresentada por

..... PAULO CESAR GARCIA BRANDÃO

..... CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO

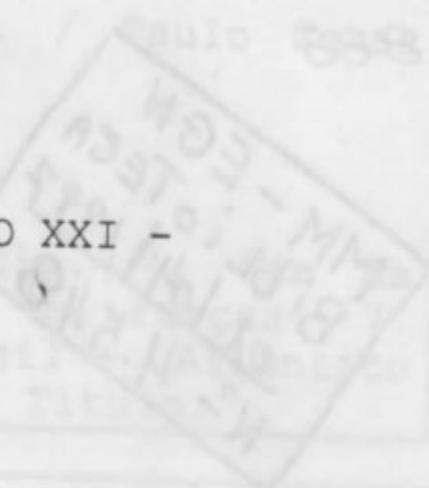


RIO DE JANEIRO

19..96....

00015

100885



BRANDÃO, Paulo Cezar Garcia. **O Emprego do Poder Naval no Século XXI.** / Paulo Cezar Garcia Brandão. - Rio de Janeiro, RJ: Escola de Guerra Naval, 1996. 111 p. : il. Monografia: C-FEM. Bibliografia: 1. Poder Naval. 2. Guerra Fria. 3. Economia. 4. Integração "Forward from the Sea". 5. Reflexos - Brasil. Sul. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.

ENTRADA

O trabalho tem início pela apresentação da experiência de estratégias de passado recente, seguida de análise de fatores que influenciam as tarefas navais e contribuem para uma capacitação de Poder Naval.

PAULO CEZAR GARCIA BRANDÃO

Capitão-de-Mar-e-Guerra

Em seguida, são analisadas as mudanças na estrutura mundial do poder provocadas pelo fim da bipolaridade, e o reflexo dessas mudanças, consubstanciadas no conceito estratégico naval "Forward from the sea". Também são examinadas as mudanças ocorridas no Brasil e no "Cono Sul". Finalmente, são apresentadas as tendências de mudança estratégica e de emprego do Poder Naval para meados do século XXI.

MINISTÉRIO DA MARINHA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1996

CAD ACERVO

71002

EXEMPLAR

100883

MM - EGN
BIBLIOTECA
01/04/1997
Nº 4.548

GN-00011794-9

BRASÃO DE ARMAS DA MARINHA

Capitão-de-Mar-e-Guerra

MINISTÉRIO DA MARINHA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1996

BRANDÃO, Paulo Cezar Garcia, 1950-
O Emprego do Poder Naval no Século XXI. / Paulo Cezar
Garcia Brandão. - Rio de Janeiro: EGN, 1996.

..f.

Monografia: C-PEM, 1996

Bibliografia: f. A-1 - A-2

1. Poder Naval. 2. Emprego. 3. Tendência. 4. Fim da
Guerra Fria. 5. Economia. 6. Integração de Forças. 7.
"Forward From the Sea". 8 Reflexos - Brasil - Atlântico
Sul. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.

EXTRATO

O trabalho tem início pela apresentação da experiência de estratégica de passado recente, seguida do exame de fatores internos, externos e militares navais que contribuem para uma capacitação de Poder Naval.

Em seguida, são estudadas as mudanças na estrutura mundial do poder provocadas pelo fim da bipolaridade, e o reflexo dessas mudanças, consubstanciadas no conceito estratégico naval "Forward from the Sea". Também são examinadas as mudanças ocorridas no Brasil e no "Cone Sul".

Finalmente, são apresentadas as tendências de demanda estratégica e de emprego do Poder Naval para meados do século XXI.

Em seguida são apresentados subsídios para o aprimoramento do Poder Naval brasileiro.

Tema : O poder naval

Título : O EMPREGO DO PODER NAVAL NO SÉ-
CULO XXI

FOLHA

Introdução..... V

CAPÍTULO 1 - O PASSADO RECENTE.....

Tópicos a abordar : - Os reflexos do fim da bipolaridade das relações internacionais.

SEÇÃO II - A INFLUÊNCIA
Os fatores internos.....
Os fatores externos.....
O Fator Profissional - Os reflexos das filosofias norte-americanas "From the Sea" e "Forward From the Sea".

CAPÍTULO 2 - O FIM DA BIPOLARIDADE.....

SEÇÃO I - A NOVA ESTRUTURA DE PODER.....

O Mundo "Unipolar" - Os reflexos da atual conjuntura econômica-mundial.
A hegemonia
O Brasil e o "Cone Sul".....

SEÇÃO II - "FORWARD" - A integração das Forças de mar, terra e ar.

CAPÍTULO 3 - O SÉCULO XXI - Perspectivas regionais do Atlântico Sul, com ênfase no Poder Naval brasileiro.

SEÇÃO I - TENDÊNCIAS
SEÇÃO II - SUBSÍDIOS

BIBLIOGRAFIA.....

Proposição :

Com base em fatores políticos, econômicos e sociais, estudar as atuais tendências de emprego do Poder Naval para o século XXI. Ao término desse estudo, serão apresentados alguns subsídios que possam contribuir para o aprimoramento do emprego do Poder Naval brasileiro.

ÍNDICE
INTRODUÇÃO

FOLHA

Introdução.....	V
CAPÍTULO 1 - O PASSADO RECENTE.....	1
SEÇÃO I - A EXPERIÊNCIA ESTRATÉGICA.....	1
SEÇÃO II - A INFLUÊNCIA DOS FATORES.....	5
Os fatores internos.....	6
Os fatores externos.....	11
O Fator Profissional-Militar.....	17
CAPÍTULO 2 - O FIM DA BIPOLARIDADE.....	20
SEÇÃO I - A NOVA ESTRUTURA DE PODER.....	20
O Mundo "Uni-multipolar".....	20
A hegemonia norte-americana.....	22
O Brasil e o "Cone Sul".....	27
SEÇÃO II - "FORWARD FROM THE SEA".....	31
A dimensão espacial.....	34
CAPÍTULO 3 - O SÉCULO XXI.....	37
SEÇÃO I - TENDÊNCIAS DE EMPREGO DO PODER NAVAL..	37
SEÇÃO II - SUBSÍDIOS PARA UM PODER NAVAL BRASILEIRO	40
BIBLIOGRAFIA.....	A-1

Também, ao longo do tempo, tal estudo de tendências deve basear-se no estado da arte e áreas de interesse que possam atender às demandas estratégicas de maior importância no cenário mundial.

Finalmente, é imprescindível que o estudo esteja relacionado com diferentes períodos da estrutura do poder mundial. Assim, no presente trabalho, de modo geral, busca-se avaliar as fases anteriores e posteriores ao fim da bipolaridade nuclear, para se projetar tendências relativas a um futuro de médio prazo, compatível tanto com a vida útil, aproximada, dos principais meios navais a serem incorporados nos tempos presentes quanto às políticas navais introduzidas nos dias de hoje, ou seja, projeta-se um futuro até

INTRODUÇÃO

Em cada período considerado, o estudo é feito sob o enfoque do Poder Naval predominante, pelo fato deste empregar o estado da arte em quase todas as áreas de interesse. A possibilidade de estudo de cada período simultaneamente ao estudo do período seguinte, tendo em vista o propósito de apresentar subsídios para o aprimoramento do emprego do Poder Naval brasileiro.

O estudo das tendências de emprego do Poder Naval para o século XXI, sob o enfoque das mudanças de demanda estratégica provocadas pelo fim da "Guerra Fria", não pode fundamentar-se apenas na análise isolada, ao longo do tempo, de meios navais, marinhas e poder naval.

O emprego do Poder Naval, depende dos meios disponíveis, certamente, mas a verdade é que estes são determinados, essencialmente, pela ação conjunta de diversos fatores, tais como: a experiência estratégica recente; políticos - tentando expressar a vontade popular; econômicos - com restrições orçamentárias; diplomáticos - identificando e negociando conflitos de interesses variáveis; e, militares, buscando neutralizar as ameaças.

Também, ao longo do tempo, tal estudo de tendências deve basear-se no estado da arte e áreas de interesse que possam atender às demandas estratégicas de maior importância no cenário mundial.

Finalmente, é imprescindível que o estudo esteja relacionado com diferentes períodos da estrutura do poder mundial. Assim, no presente trabalho, de modo geral, busca-se avaliar as fases anteriores e posteriores ao fim da bipolaridade nuclear, para se projetar tendências relativas a um futuro de médio prazo, compatível tanto com a vida útil, aproximada, dos principais meios navais a serem incorporados nos tempos presentes quanto às políticas navais introduzidas nos dias de hoje, ou seja, projeta-se um futuro até

meados do século XXI. CAPÍTULO I

Em cada período considerado, o estudo é feito sob o enfoque do Poder Naval predominante, pelo fato deste empregar o estado da arte em quase todas as áreas de interesse.

A possibilidade do exame da situação brasileira, simultaneamente ao estudo de cada tópico, é sempre aproveitada, tendo em vista o propósito de apresentar subsídios para o aprimoramento do emprego do Poder Naval brasileiro.

foi o grande instrumento do extraordinário poder alcançado pelos ingleses. Mas, o uso do mar, como habilitador de desenvolvimento e segurança para as nações, já não era um fenômeno novo.

No fim do século XIX, devido à obra de Alfred Thayer Mahan, "Influence of Sea Power Upon History", a importância da projeção internacional de um Estado, passou a ser considerada como dependente de uma ação ativa e produtiva em todas as regiões de seu interesse, exigindo tal ação muito mais que a simples presença de um representante diplomático ou o formalismo das relações entre chancelarias. Com a validade incontestável no tempo de tal assertiva, Mahan formalizou, com sua obra, o fundamento da utilidade do Poder Naval para o desenvolvimento e a segurança das nações.

A experiência acumulada desde a antiguidade - primeiro, após breves ações litorâneas e em mares fechados, depois, nos oceanos, em apoio à políticas mercantilistas e de domínio do mar - já havia produzido riquezas e vitórias muito antes de Trafalgar. O conhecimento adquirido, ao longo do tempo, pôs em prática alguns conceitos e uma doutrina naval de validade aceitável, ainda que incipiente como, por

exemplo, o "domínio do mar" utilizada por Sir Walter Ra-
leigh, no século XVI. Segundo ele, "quem comanda o mar, co-
manda o intercâmbio, quem comanda o intercâmbio comanda as
riquezas do mundo".

CAPÍTULO 1

O PASSADO RECENTE

SEÇÃO I - A EXPERIÊNCIA ESTRATÉGICA

(41:57).

A supremacia naval em todos os mares, conquistada após a batalha de Trafalgar, elevou a Grã-Bretanha à condição de potência hegemônica militar e econômica por quase cem anos. Na ocasião, a percepção e o emprego correto do Poder Naval foi o grande instrumento do extraordinário poder alcançado pelos ingleses. Mas, o uso do mar, como habilitador de desenvolvimento e segurança para as nações, já não era um fenômeno novo.

No fim do século XIX, devido à obra de Alfred Thayer Mahan, "Influence of Sea Power Upon History", a importância da projeção internacional de um Estado, passou a ser considerada como dependente de uma ação ativa e produtiva em todas as regiões de seu interesse, exigindo tal ação muito mais que a simples presença de um representante diplomático ou o formalismo das relações entre chancelarias. Com a validade imutável no tempo de tal assertiva, Mahan formalizou, com sua obra, o fundamento da utilidade do Poder Naval para o desenvolvimento e a segurança das nações.

O experiência acumulada desde a antigüidade - primeiro, após breves ações litorâneas e em mares fechados, depois, nos oceanos, em apoio à políticas mercantilistas e de domínio do mar - já havia produzido riquezas e vitórias muito antes de Trafalgar. O conhecimento adquirido, ao longo do tempo, pôs em prática alguns conceitos e uma doutrina naval de validade aceitável, ainda que incipiente como, por

exemplo, o "domínio do mar", sintetizado por Sir Walter Raleigh, no século XVI. Segundo ele, "quem comanda o mar, comanda o intercâmbio, quem comanda o intercâmbio comanda as riquezas do mundo e, em consequência, o próprio mundo" (41:57).

Apesar da existência de uma base doutrinária, entretanto, o atraso tecnológico na construção de meios navais oceânicos e de longo alcance, impedia uma maior desenvolvimento e melhor aplicação do Poder Naval. O estado da arte conceitual somente pode ser apoiado por tecnologia e logística compatível no século XVII, ou seja, pouco antes de Trafalgar.

Mesmo com a evolução alcançada no emprego do Poder Naval, a estratégia militar no tempo de Mahan ainda não conseguia integrar o emprego das forças terrestres e navais, as quais combatiam de forma quase autônoma em teatros de meios ambientais distintos. Tal deficiência era, entretanto, reduzida pela facilidade do controle bidimensional (terra e mar) e a menor dinâmica das ações propulsadas à vela.

Durante as primeiras duas décadas deste século, em face dos avanços tecnológicos surgidos, o Poder Naval passou a ter capacitação para o emprego tridimensional - superfície, submarino e aéreo - tornando-se muito mais complexo e letal. Na medida em que os novos meios evoluíam, já na década de 1940, a comunidade militar concluiu que o sucesso no emprego das forças terrestres ou navais dependia essencialmente da supremacia aérea ou, pelo menos, de uma superioridade oportuna e local. Forçada a modernizar-se

após Pearl Harbour, a Marinha dos Estados Unidos da América (EUA) respondeu com sucesso ao desafio da ameaça aérea, incorporando-a em larga escala em suas formações nucleadas em navios aeródromos ligeiros, ao mesmo tempo em que empregava, intensamente, a arma submarina contra a marinha inimiga. Ao final da Guerra do Pacífico, o emprego do Poder Naval havia se tornado extremamente complexo e ainda mais letal, envolvendo quatro dimensões de combate - superfície, submarina, aérea e eletromagnética.

Apesar da grande modernização dos meios e táticas ao longo das décadas, segundo o Almirante J. C. Wylie, em seu livro "Military Strategy: A General Theory of Power Control", a estratégia naval continuava envolvendo, de modo geral, a consecução de duas partes básicas, consideradas imutáveis no tempo, quais sejam:

- A conquista e a manutenção do controle do mar; e
- A exploração desse controle para a conquista do controle sobre o território do inimigo.

Entretanto, segundo ainda o referido autor, até a primeira metade do século XX, ninguém havia ainda formulado uma teoria militar sobre a consecução da segunda parte básica de seu conceito(18:9).

Tal afirmativa confirma a dificuldade doutrinária que havia para a integração das estratégias naval e terrestre visando a consecução de uma vitória decisiva em terra, mesmo após a experiência de uma guerra global. A constatação de tal fato acabou provocando, nos EUA, a unificação operacional de suas Forças Armadas em uma Junta de Chefes de Es-

tado-Maior, em 1947.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o advento do armamento nuclear, a arte da guerra parecia reduzida à seleção de alvos e ao ato de lançamento do armamento nuclear, por meio de aeronaves e mísseis intercontinentais baseados em terra. Por algum tempo, a guerra nuclear foi considerada como uma capacitação que poderia dispensar o emprego da maioria das armas convencionais, principalmente os meios navais de superfície.

Apesar de eficazes, como instrumentos de estabilização entre as superpotências, as armas nucleares não conseguiram impedir a ameaça e o emprego do armamento convencional. O resultado final foi que as vantagens estratégicas, tradicionalmente conferidas ao Poder Naval, ressaltaram sua adequabilidade para o manejo de crises político-militares típicas da "Guerra Fria". As vantagens que se pode, normalmente, considerar são:

- capacidade de atuação e controle sobre longas extensões geográficas;

- flexibilidade de emprego tático e operacional;

e

- possibilidade de exercer pressões, em gradações variáveis, na perseguição dos múltiplos efeitos desejados.

Para comprovar a validade do emprego do Poder Naval durante a Guerra Fria, dos 215 incidentes envolvendo as Forças Armadas norte-americanas, entre 1945 e 1975, as unidades navais tiveram a participação direta em 177, o que

demonstra como o Poder Naval são imprescindíveis aos Estados com algum interesse além de suas fronteiras naturais (9:412).

SEÇÃO II - A INFLUÊNCIA DOS FATORES

O Poder Naval é um instrumento racional do poder militar do Estado, caracterizando-se por ser um fenômeno de longa maturação, que exige a tomada de decisões específicas para o desenvolvimento de recursos humanos, materiais, tecnológicos.

No passado era possível, ainda que com extrema dificuldade, pela rápida incorporação de novas tecnologias e táticas, um eventual confronto vantajoso contra nações de maior Poder Naval. Apenas como um exemplo, pode-se mencionar a invenção do "corvo" - espécie de pontes com grampos que reduzia o combate naval à luta corpo a corpo, como em terra firme - que possibilitou à Roma derrotar a poderosa frota de Cartago. Tal fato dificilmente poderia ocorrer nos dias de hoje (10:30).

C. J. Bartlet, em seu livro "Great Britain and Sea Power", afirmou que a formulação dessa preparação, ou de uma política naval, algumas vezes de forma independente de uma concepção estratégica ideal - caso da opinião pública, por exemplo - é melhor analisada se considerada como resultante de um confronto triangular, variável e intermitente, onde três fatores principais, algumas vezes em oposição, outras em conjunção, produzem decisões fundamentais. Tais fatores podem ser resumidos como: internos, externos e de caráter profissional-militar (16:166).

Os Fatores Internos - Qualquer dimensão de poder de Estado, seja terrestre, naval ou aéreo, é, principalmente, influenciada pela vontade nacional, a vitalidade econômica, e a cultura geográfica.

A capacitação para o Poder Militar de um Estado, particularmente para o seu Poder Naval, depende, fundamentalmente, da sociedade que o constitui, haja vista que tal poder é apenas um instrumento da vontade nacional para a consecução de seus interesses, em associação com elementos diplomáticos, econômicos e psicossociais de uma nação. Em uma sociedade democrática, a vontade nacional, normalmente influenciada por condicionantes econômicas, sociais e culturais, manifesta-se por meio do Congresso Nacional no momento em que prioriza os recursos disponíveis.

De modo geral, as sociedades democráticas não têm o poder de pensar estrategicamente, quase sempre visualizando o emprego dos seus instrumentos de poder militar com certa relutância e desgosto, por considerá-los sempre como último recurso a ser usado para solucionar problemas de segurança. Entretanto, convencida a população sobre a malignidade do inimigo, como no caso da recente intervenção militar norte-americana no Golfo Pérsico, a aprovação formal no Congresso, essencial para o emprego constitucional das Forças Armadas, pode ser facilmente obtida, mesmo diante de uma expectativa inicial de numerosas baixas.

Em países como os Estados Unidos, deve ser ressaltado que pode-se conseguir o apoio da opinião pública quando é visualizado o emprego da força para "exorcizar demônios" como, por exemplo, o nazismo, a tirania comunista, o dita-

dor latino-americano, ou o "monstro de Bagdá".

As chamadas "guerras de interesse" ocorreriam quando houvesse a necessidade crítica de conquista e/ou manutenção de vantagens políticas ou econômicas. Por outro lado, as "guerras de consciência" são provocadas pela compulsão de "fazer algo" diante de fatos geralmente vinculados à violação de direitos humanos, exibidos intensamente pela mídia (12:37).

Dada a importância do assunto, Henry Kissinger advertiu que: "a crise da Somália mostrou a necessidade de definir, antecipadamente, a natureza e os limites das futuras intervenções militares americanas. Para justificá-las, deve haver um interesse americano em jogo, quais sejam, aumentar a segurança ou o bem-estar da América - e não, simplesmente satisfazer um consenso internacional - para que o público interno seja capaz de compreender porque seus entes queridos estão arriscando a vida. Esse interesse nacional tem de ser passível de tradução numa missão militar realizável dentro de um período sustentável pelo processo político americano" (43:1).

A escassez de recursos orçamentários, que normalmente afeta a todos os Estados, cria um ambiente de crítica competição de prioridades entre gastos militares impopulares e itens sociais de fácil defesa junto à população. Tal fato, naturalmente, depende do confronto entre a vontade nacional e a percepção da ameaça. Apenas como exemplo, nos EUA, o Executivo e o Legislativo foram capazes de deixar de lado suas desavenças e interesses políticos imediatos - em meio a uma série crise que paralisou os serviços públicos - para

aprovarem os recursos necessários (U\$S 2,4 bilhões) à construção de mais um submarino da classe "Seawolf" -, fato este justificado para o público como medida essencial destinada a atender à Política Industrial do país (34:22).

Em tais ocasiões, ou seja, no momento da distribuição dos recursos, a utilidade das Forças Armadas é, normalmente, exposta a exaustivos debates. Como sempre, surgem novas (ou velhas) propostas de missões e tarefas, geralmente exóticas e desvirtuadas das atribuições constitucionais de defesa do Estado. Como resultado desses debates, observa-se, em quase todo o mundo desenvolvido, uma redução nos orçamentos militares, e em seus efetivos, quase sempre acompanhada de medidas compensatórias de fortalecimento do poder militar, especialmente no que diz respeito à sua capacitação tecnológica, à sua mobilidade e à logística necessária para o seu pronto emprego (39:43).

As exceções mais evidentes em relação à essas medidas ocorrem em países da América Central - que estão abrindo mão de suas Forças Armadas, e na Argentina - que procura reduzir as despesas militares a qualquer custo, seja através dos gastos com pessoal, seja por cortes no horário do trabalho, ou mesmo no setor operativo (20:17).

Particularmente, no tocante aos meios navais, devem ser ressaltadas as dificuldades especiais que ocorrem no processo de obtenção de recursos. Enquanto que a justificativa estratégica para a aquisição de armamento para o Exército - obuses, fuzis ou carros de combate - é bem mais simples, por requerer menos recursos, os investimentos para a construção de uma unidade naval são muito maiores, exigindo

justificativas estratégicas extremamente complexas e de difícil defesa. Por outro lado, a demora na contrapartida do dispêndio para a construção de meios navais é outra dificuldade específica, pois sua maturação, normalmente, requer mais de uma legislatura no Congresso Nacional ou de um mandato presidencial.

No caso específico das Forças Armadas brasileiras, apesar da comprovada simpatia da população por seus componentes e atividades, a alocação de recursos orçamentários para seu reaparelhamento, ou mesmo para sua manutenção, tem sido notoriamente declinante e insuficiente. Tal fato ocorre, principalmente, pelo desconhecimento da maioria da sociedade sobre as necessidades de defesa nacional. Em decorrência, os gastos militares são assumidos como improdutivos, sem qualquer utilidade para a segurança e desenvolvimento nacionais. Dada tal percepção, as despesas com as Forças Armadas são consideradas gastos não-urgentes, sendo facilmente derrotadas na competição por itens de prioridade mais popularmente compreensível (14:131).

Finalmente, deve-se considerar o fator interno relativo à cultura geográfica da sociedade, principalmente no que concerne à opção básica entre a maritimidade - preponderância do Poder Naval - e a continentalidade - preponderância do poder terrestre.

Em bases teóricas, como mostra Hans J. Morgenthau, o fator geográfico reflete a relação direta que, normalmente, encontra-se entre a política praticada por um Estado e a dimensão, característica e localização de seu território, sendo, tal fator, diretamente proporcional à sua capacidade

de resistir a ataques e invasões. A dimensão da Rússia, por exemplo, mostrou a Napoleão e a Hitler o quanto foram custosas suas empreitadas. As matas, no Vietnã, e o deserto no Iraque, mostraram aos norte-americanos diferentes capacidades de defesa decorrentes de ambientes geográficos distintos.

A análise da experiência naval inglesa, nos últimos quatro séculos, comprovou a importância de sua insularidade e da maritimidade de seu povo, na opção feita pela predominância do Poder Naval em sua política de segurança nacional. A conquista e a manutenção do controle do mar, naturalmente, foram objetivos prioritários em sua estratégia de segurança, em face da importância do tráfego marítimo para sua sobrevivência política e econômica.

A despeito da maior parte de suas trocas comerciais internacionais serem transportadas por via marítima e sua relativa insularidade (não possui fronteiras com vizinhos que o possam ameaçar), os EUA, dada sua vastidão territorial e a cultura de seu povo, são um país de mentalidade continental. Apesar deste aspecto cultural, que deveria privilegiar uma nítida predominância do poder terrestre em sua política de segurança nacional, os EUA são, indiscutivelmente, uma potência naval predominante. O caso americano, na verdade, é quase uma exceção à regra histórica de que não é possível a proeminência simultânea de Poder Naval e poder terrestre em um mesmo país (18:69).

No Brasil, sobressai, também, uma cultura geográfica de continentalidade, principalmente em virtude de sua extensão - 8.511.965 km², o que corresponde a 1,7% do globo,

5,7% das áreas emersas, 1/5 das regiões tropicais, 41,5% da América Latina e 47,3% da América do Sul. Como afirma o Almirante Caminha: "O interior, com vastas áreas desabitadas, geralmente, bem irrigadas e não raro de extrema fertilidade, convida francamente ao desenvolvimento das atividades rurais. As riquezas minerais já conhecidas e a ignorância do que há em largas porções do subsolo, também concorreram para a crença enraizada de que o futuro da Nação se encontra nesse vasto mundo, ainda não bem vasculhado" (10-251).

Em decorrência de sua cultura geográfica, o povo brasileiro tem, portanto, pouca conexão com a maritimidade e, infelizmente, esta é uma questão que não ajuda a compreensão da utilidade de uma estratégia marítima.

Por outro lado, o território brasileiro possui 15.719 km de fronteiras com nove Estados e um território sul-americanos. Apesar de, no momento, não haver quaisquer questões de litígio, a vasta faixa de fronteira, localizada em grande parte na Região Amazônica, sempre mereceu especial atenção do povo brasileiro pelas dificuldades no trato das questões relativas tanto à sua demarcação quanto à sua fiscalização e acesso.

A realidade geoestratégica do Brasil, entretanto, é distinta daquela dos países da América do Sul ou da América Latina, se considerados isoladamente, pois devido a sua localização, o Brasil tem interesses na América do Sul e no Atlântico Sul e, sob determinadas condições, também na África (32:11).

Os Fatores Externos: O emprego do Poder Naval depende

da demanda estratégica relacionada à necessidade de apoio à política externa e da definição da ameaça, suas conseqüências e prazo de validade. Problemas globais relativos à não-proliferação de armas de alta tecnologia e letalidade, principalmente artefatos nucleares, bem como, questões ambientais, imigrações não desejadas e narcotráfico internacional, serão preocupações crescentes dos centros de poder no próximo século e, por tal razão, prováveis ameaças de crises e/ou conflitos.

O papel da diplomacia, é o de integrar fatores do poder nacional e utilizá-los, pacificamente, do modo mais eficaz. Suas atividades dizem respeito às negociações entre os Estados, envolvendo interesses que variam desde os mútuos e conciliáveis até os vitais e antagônicos.

Por suas características próprias, as forças navais são particularmente adequadas para atender à demanda estratégica de ação de presença, sem a intenção ou previsão de usar a força, sendo empregadas em extenso espectro de operações de apoio à diplomacia para a consecução dos objetivos de política exterior de um Estado. São elas:

- a versatilidade de emprego em tarefas de caráter social, humanitário ou político;
- a capacidade de graduar tanto o aumento quanto a diminuição da sua intensidade em ações para escalar, estabilizar e distender, em uma condução de crise;
- a mobilidade, ou seja, a facilidade para deslocar-se com relativa rapidez para regiões distantes;
- a capacidade de projetar poder;

- a capacidade de permanecer presente em determinada área, quando necessário, e de se ausentar, sem deixarem de estar disponíveis; e

- representar as intenções e compromissos de uma nação (4:25).

Como exemplos típicos de emprego do Poder Naval em apoio à política externa dos Estados, podem ser citados o pronto deslocamento de uma força naval da Inglaterra para as Malvinas, enquanto transcorriam as negociações com os argentinos e preparava-se a mobilização e o rápido movimento de uma força naval norte-americana para Taiwan, de modo a tranquilizar um governo amigo, enquanto a China procurava influenciar, com uma demonstração de força, as eleições naquela ilha, dando a entender sua não-aceitação quanto a qualquer alteração no status político do aliado norte-americano.

Na condução da política externa de uma nação, é necessário definir corretamente os objetivos nacionais dos outros Estados e o poder que eles possuem para alcançá-los, bem como, determinar em que medida os objetivos nacionais de um e de outro Estado são compatíveis entre si.

Por exemplo, "a nova percepção dos objetivos nacionais dos países árabes do Oriente Médio", possibilitou reorientar a política externa norte-americana para a região. Os erros do passado, cometidos especialmente pela França e Grã-Bretanha - dividir para reinar - foram abandonados. Ao invés de sustentar um país contra o outro, ou mesmo o sionismo, a fim de obter vantagens diretas dos países dominados, os EUA procuraram aproximar os oponentes um do outro,

obter deles concessões recíprocas e, assim, tornarem-se amigos de ambos, árabes e judeus, recolhendo vantagens comerciais e políticas indiretas. Há cerca de vinte anos - desde a Guerra do Yom Kipur, em 1971 - a influência dos EUA sobre árabes e israelenses é sólida, mesmo tendo o poderio econômico e militar americano atuado na região, seja para exercer pressões diplomáticas, seja para enfrentar um "país com objetivos nacionais não-compatíveis com os seus", como foi o caso do Iraque, no conflito de 1991 (40:441).

A Guerra do Golfo serve como exemplo, também, para uma "correta definição de objetivos em harmonia com o poder efetivo que o Estado deve possuir para levá-los adiante". Naquela oportunidade, os EUA, além de procurarem impedir que Saddam Hussein desequilibrasse o poder na região, desejavam garantir o fornecimento de petróleo proveniente daquela região. Ademais, pôde-se observar a "utilização dos meios adequados para a consecução daqueles objetivos" - através da persuasão, das intensas ações diplomáticas e, finalmente, com o uso da força, cerca de seis meses após a invasão do Kuwait.

Em uma outra oportunidade, a ocorrência de erros na percepção da ameaça levou uma nação a um verdadeiro desastre. Foi o caso, por exemplo, da Guerra das Malvinas, quando o governo argentino decidiu prosseguir em uma "política com objetivo acima dos meios militares de que dispunha", tendo de, posteriormente, recuar perante a força de outro Estado (Reino Unido), com perdas irreparáveis em prestígio e na capacidade de continuar a promovê-lo.

Já a crise da Somália foi uma questão onde o governo

norte-americano não foi capaz de "perceber a natureza e os limites de objetivos nacionais", definidos, à época, por injunções de um consenso internacional. Tal consenso - a Somália estava sem governo, autoridade policial ou leis, com seu povo à beira da inanição - não foi suficiente, como mostrado anteriormente por Kissinger, para explicar às famílias americanas que seus filhos estavam arriscando a vida para aumentar a segurança ou o bem-estar da América.

Por fim, conflitos inevitáveis como os da Somália, Ruanda e Libéria, colocam à prova, também, "a plena utilização dos meios disponíveis à consecução de objetivos de um Estado" referentes, por exemplo, à manutenção da democracia e à preservação dos direitos humanos, no mundo.

A percepção correta da ameaça é, também, uma medida essencial para a elaboração de uma estratégia naval efetiva. No mundo contemporâneo, o processo de definição e previsão da ameaça é sempre dificultado pelas rápidas e inesperadas mudanças nos interesses nacionais e, até mesmo, nas configurações da ordem de batalha, como no singular episódio do bombardeio de Bagdá, em junho de 1993, por mísseis "Tomahawk Cruise" lançados por apenas duas unidades navais norte-americanas, navegando fora das formações costumeiras, uma situada no Mar Vermelho, e a outra, no Golfo Pérsico.

A questão da não-proliferação nuclear é extremamente controvertida. Enquanto seria permitido a determinados países desenvolver e controlar certos tipos de tecnologia nuclear, a outros seria negado o acesso às mesmas, ou permitido sob condições de rigorosa verificação.

Particularmente, a questão ambiental será fator de

crescente potencialidade para crises. Os países desenvolvidos - grandes poluidores industriais - clamam pela sobrevivência de todos diante de uma devastação do meio ambiente praticada pelas nações em desenvolvimento. Estima-se que desde a metade do século o mundo já perdeu uma quinta parte da superfície cultivável e um quinto das florestas tropicais. A cada ano são perdidos 20 milhões de hectares de florestas e 25 bilhões de toneladas de húmus por efeito da erosão, desertificação, salinização e outros processos de degradação do solo. Também a disponibilidade de água para o consumo humano e para a agricultura, que apresentava na década de 1970 sérios problemas de escassez em muitos países da África, do Sudeste Asiático, do Oriente Médio e da América Latina, converte-se hoje em um dos problemas mais preocupantes do planeta.

Outro problema que continua a ameaçar a paz é a fome no mundo, trazendo a percepção, para alguns, de que, além de problemas conjunturais, a economia mundial apresenta distorções estruturais extremamente sérias. O Relatório do Secretário-Geral à Assembléia Geral e ao Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, de 15 de junho de 1992, demonstra tais distorções:

- países desenvolvidos: habitantes - 1,2 bilhões
- áreas em desenvolvimento: habitantes - 4,1 bilhões
- renda bruta mundial (U\$S):

norte	- 15	trilhões
EUA	- 5	trilhões
Europa	- 5,2	trilhões
Japão	- 3,4	trilhões

do elaborada de forma que países em transição - 2,2 trilhões

Desprezadas . países em desenvolvimento - 3,5 trilhões

L.S. Stavrianos, em "Global Rift", estima que as relações de renda "per capita" entre o Primeiro e o Terceiro Mundo era da ordem de 3 para 1, em 1500; 5 para 1, em 1850; 6 para 1, em 1900; 10 para 1, em 1960 e 14 para 1, em 1970. Finalmente, em termos de consumo, os países desenvolvidos (um quarto da população) consomem 70% da energia, 75% dos metais, 85% da madeira e 60% dos alimentos do planeta (33:6).

O Fator Profissional-Militar: Segundo o Almirante James D. Watkins ("CNO, US Navy"), a estratégia naval deve estar firmemente inserida no contexto da estratégia militar nacional, enfatizando a guerra de coalizão e a necessidade de aliados, e demandando a cooperação com outras forças singulares (18:102).

Entretanto, as estratégias militares que realmente combinaram o emprego de meios navais e terrestres são uma exceção, ao invés de regra, na história dos conflitos no século XX (18:61).

A integração das estratégias que possa produzir um efeito sinérgico resultante do emprego integrado dos poderes navais e terrestres (recentemente incluindo o poder aéreo) podem ser óbvias para o teórico da arte militar, particularmente quando a análise é retrospectiva. Mas a história tem demonstrado que não é fácil o emprego integrado entre as forças do oceano e do continente e, em decorrência, a formulação das políticas de cada poder acaba sen-

do elaborada de forma quase independente. decorrente de

Desprezadas considerações menores relativas à busca de hegemonias institucionais e/ou o receio da perda de status no cenário político-nacional, o problema básico da falta de integração tem sido causado, principalmente, por divergências naturais entre os militares de cada Força, encarregados de subsidiar a elaboração da política militar nacional. Apesar de nenhuma especialização ambiental militar ser inerentemente superior a outra, a visão do combatente terrestre tende a ser, em termos geográficos, menos abrangente do que os enfoques dos combatentes navais e aéreos. Por outro lado, o mesmo enfoque naval e aéreo, dada a extensão de sua abrangência, tende a desviar-se do propósito básico de seu emprego, ou seja, o ato final da guerra no território do inimigo (18:58).

Em decorrência, o primeiro grande erro que se costuma praticar na elaboração de uma política militar nacional é imaginar que a relação entre o Poder Naval e o terrestre se esgota pelo transporte de uma força expedicionária através de rotas marítimas de comunicação. Naturalmente, um enfoque tão restritivo tende a reduzir ou eliminar quaisquer possibilidades de um melhor e mais proficiente emprego dos meios navais em apoio a uma campanha continental.

O segundo erro, de igual tamanho, provocado pela visão naturalmente mais abrangente do Poder Naval, é deixar de considerar a necessidade da complementariedade, que deve envolver as políticas específicas de cada Força, durante a formulação da política militar nacional.

O caso brasileiro é bastante singular considerando-se

que não existe, ainda, uma Política Militar decorrente de uma Política de Defesa Nacional. Tal fato praticamente determina a elaboração de estratégias autônomas relativas aos poderes naval, terrestre e aéreo.

Conforme mencionado, em 1994, pelo então Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Almirante Mário César Flores, em um "workshop" sobre Política de Defesa, no Centro de Estudos Estratégicos, daquela Secretaria: "O que se observa é que cada uma das três Forças Armadas têm cuidado de seu próprio preparo: não existe uma preparação integrada. No passado, havia o Conceito Estratégico Nacional (CEN), que pretendeu definir algumas diretrizes, o qual, contudo, desapareceu ou perdeu o valor por falta de adaptação às mudanças conjunturais. Algo precisa ser feito nesse sentido" (43:1).

Desfrutando de incontestável proeminência militar em terra, no mar, no ar, no espaço, em sistemas nucleares e em guerra eletrônica, os Estados Unidos da América consolidam, no limiar do século XXI, uma vantagem estratégica exclusiva e de rara ocorrência histórica. A transição do mundo bipolar para um novo ordenamento mundial militarmente unipolarizado trouxe para os EUA a possibilidade no exercício da hegemonia mundial - faculdade esta que é limitada, fundamentalmente, apenas por dificuldades internas relativas a um melhor desenvolvimento tecnológico, econômico e, naturalmente - dado o caráter democrático de seu governo -, a necessidade de apoio popular para sua atuação internacional.

Por sua vez, o mundo multipolar refere-se, principal-

CAPÍTULO 2

O FIM DA BIPOLARIDADE

SEÇÃO I - A NOVA ESTRUTURA DE PODER

O colapso da União Soviética, ou o fim do comunismo - meta finalmente atingida pelo extraordinário esforço norte-americano de contenção e dissuasão - produziu importantes mudanças na estruturação do poder mundial no final deste século.

O Mundo "Uni-multipolar": O fim da Guerra Fria fez emergir um mundo de configuração "uni-multipolar", segundo a expressão de Samuel Huntington, ou seja, um mundo constituído por apenas uma superpotência hegemônica e algumas potências de relativa importância.

Desfrutando de incontestável proeminência militar em terra, no mar, no ar, no espaço, em sistemas nucleares e em guerra eletrônica, os Estados Unidos da América consubstanciam, no limiar do século XXI, uma vantagem estratégica exclusiva e de rara ocorrência histórica. A transição do mundo bipolar para um novo ordenamento mundial militarmente unipolarizado trouxe para os EUA a possibilidade do exercício da hegemonia mundial - faculdade esta que é limitada, fundamentalmente, apenas por dificuldades internas relativas a um melhor desenvolvimento tecnológico, econômico e, naturalmente - dado o caráter democrático de seu governo -, à necessidade de apoio popular para sua atuação internacional.

Por sua vez, o mundo multipolar refere-se, principal-

mente, ao âmbito da ordem econômica mundial - apesar da existência de países com uma ainda poderosa capacitação nuclear. Neste caso, estão incluídas potências como o Japão, a Alemanha, a Rússia, o Reino Unido e a França. Em tal estruturação de poder, devem ser considerados os três grandes blocos econômicos recentemente emergidos de um crescente processo de globalização e regionalização, e idealizados para a consecução de melhores condições para a competição tecnológica e comercial. São eles: a União Européia (nome da Comunidade Européia depois da ratificação e entrada em vigor do Tratado de Maastricht), o Nafta (Canadá, Estados Unidos e México) e os países asiáticos. A extensão dos mercados, permitida pela queda das barreiras alfandegárias condiz, com as características fundamentais do modo de produção que se convencionou chamar de "globalização da economia". Com ela, as fronteiras (isto é, o velho conceito de soberania) tendem a desaparecer para as unidades integradas nos grandes novos quadros socioeconômicos, embora persista, quanto a isso não se façam dúvidas, para os novos megablocos internacionais, que serão protecionistas à medida que as imposições políticas e econômicas das unidades que os compõem.

A ausência da ameaça soviética, principalmente no Terceiro Mundo, modifica significativamente o relacionamento entre os países em desenvolvimento e a superpotência hegemônica. O fim da bipolaridade elimina, ou ao menos reduz, a vantagem de barganhar apoio - prática, esta, normalmente empregada por aqueles países anteriormente - fazendo surgir uma nova ordem mundial em que apenas pode prevalecer o in-

teresse exclusivo da superpotência hegemônica.

Em decorrência, é natural que fiquem enfraquecidas as alianças multilaterais permanentes, baseadas no alinhamento automático, tornando-se mais prováveis e freqüentes coalizões ad hoc envolvendo interesses unilaterais e específicos. Uma comprovação da ocorrência dessa nova modalidade de relacionamento, pode ser encontrada na recente coalizão promovida pelos EUA no conflito contra o Iraque. Naquela ocasião, uma combinação de interesses extremamente diversificados, sob a pressão da superpotência hegemônica, conseguiu unir inimigos tradicionais e separar aliados regionais, como foi o caso de alguns países envolvidos, como Israel, Egito, Síria e o Iraque.

A hegemonia norte-americana - A relação das possíveis estratégias a serem adotadas pelos EUA, segundo análises de inúmeros teóricos e cientistas políticos, varia desde o desengajamento de qualquer liderança nos negócios mundiais e o isolacionismo, até o nacionalismo econômico e a manutenção da ordem mundial em defesa da democracia e da justiça social. Apesar de toda a diversidade de opções, o enfoque realista da estruturação atual do poder mundial - considerando que os interesses básicos de um Estado resumem-se em poder e segurança -, indica que a meta fundamental de qualquer estratégia global norte-americana deverá ser a manutenção do status quo hegemônico no campo militar, econômico e tecnológico.

Corroborando a análise acima, Huntington identifica os três maiores interesses dos EUA no final deste século:

- preservar sua posição hegemônica mundial;
- evitar o surgimento de um poder militar hegemônico na Eurásia; e,
- proteger seus interesses econômicos no Terceiro Mundo.

Um melhor desempenho econômico gera um maior poder econômico, com implicações diretas sobre a competição tecnológica e a capacidade de influenciar regiões e mercados. Em decorrência, a competição econômica continua sendo a arena historicamente crítica para a consecução de qualquer estratégia de poder mundial e/ou segurança nacional.

Sob o enfoque econômico, as principais características do mundo pós-Guerra Fria podem ser sintetizadas na formação dos megablocos internacionais, no deslocamento do eixo principal da economia mundial para o Pacífico, e no declínio relativo da predominância econômica norte-americana, comparativamente ao crescimento das economias do Japão e da União Européia, nucleada pela Alemanha (2:30).

Particularmente, o confronto com o desafio japonês deve ser a meta primordial da estratégia norte-americana de futuro próximo, dado o extraordinário avanço tecnológico atingido pelo Japão e sua crescente influência sobre a Eurásia e a economia litorânea do Oceano Pacífico. Além destas questões, o recente desenvolvimento japonês em tecnologia crítica, no campo militar, já começa a ameaçar a supremacia norte-americana neste setor (21:23).

Nos tempos da Guerra Fria, a bipolaridade nuclear estabilizava, ou pelo menos, reduzia, a probabilidade de em-

prego da força militar por parte de ambas as superpotências, na solução de conflitos com países de menor expressão militar. Quando as intervenções militares em países do Terceiro Mundo eram inevitáveis, as restrições operacionais impostas pela bipolaridade chegavam a impedir - ou dificultar - a consecução de estratégias essenciais à vitória da superpotência envolvida, como ocorrido na guerra do Vietnã.

Terminada a estabilidade bipolar, mesmo sob condicionantes diferentes das que existiam nos tempos do mercantilismo e da prática militar dos séculos XVI e XVII, o emprego do poder militar para a solução de conflitos econômicos depende apenas da vontade política da superpotência hegemônica. Em tais circunstâncias, a decisão pela intervenção militar será contida somente pela avaliação dos custos econômicos, políticos e militares envolvidos.

No caso da confrontação econômica que ora ocorre entre os Estados Unidos e o Japão, temos uma verdadeira "Guerra Fria" onde a derrota norte-americana poderá significar uma submissão futura à crítica dependência tecnológica e econômica, com a correspondente redução da segurança e do bem-estar nacionais. Dadas suas diversas implicações, a questão é fundamental para a manutenção da hegemonia norte-americana e para a prevenção contra o surgimento de um poder hegemônico na Eurásia.

Entretanto, apesar dos riscos envolvidos em tal competição, a ameaça do poder militar hegemônico norte-americano é contida, não mais pela bipolaridade nuclear típica dos tempos da Guerra Fria do passado, mas pela interdependência econômica que afeta ambos os países. Dessa forma, o risco

de causar danos irreparáveis à interesses econômicos mútuos - já estabelecidos em ambos os países - reduz a probabilidade de emprego da força militar, estimulando a busca de meios diplomáticos, econômicos e institucionais para a solução dos impasses.

No tocante à proteção de interesses econômicos no Terceiro Mundo, a possibilidade efetiva de intervenção militar pela superpotência hegemônica, com o fim da bipolaridade, pode ser comprovada no recente conflito no Golfo Pérsico. Na ocasião, a crise iraquiana incorporava quase todos os possíveis incentivos a uma intervenção militar norte-americana. Tais incentivos envolviam, principalmente:

- a ameaça à dependência norte-americana de importação de petróleo daquela região;

- as deficiências na preservação dos direitos humanos e a inexistência de democracia; e,

- disposição do Iraque para a obtenção/ desenvolvimento de armas nucleares, químicas e biológicas.

Apesar da existência de razões suficientes para a intervenção, a decisão norte-americana pelo emprego efetivo da força somente foi tomada após a comprovação do apoio público, consubstanciado por aprovação do Congresso Nacional. Tal medida demonstra o receio do Poder Executivo em iniciar um conflito sem a aprovação legislativa, evitando a repetição do erro fundamental cometido por ocasião da intervenção realizada no Vietnã.

Por outro lado, a inexistência de uma interdependência econômica preexistente - interdependência que ocorre no

confronto econômico entre Japão e Estados Unidos - deixou de produzir reações contrárias à consecução de danos ao Iraque, tanto no âmbito interno quanto no externo, durante todo o processo de tomada de decisão pelos EUA.

A melhor lição que pode ser extraída do conflito do Golfo Pérsico é a certeza de que, dadas determinadas condições - como custos políticos, econômicos e militares -, a opção da superpotência hegemônica para a solução de um conflito no Terceiro Mundo poderá ser o emprego da força militar.

Durante a Guerra Fria, os interesses norte-americanos no Terceiro Mundo estavam, principalmente, relacionados à minimização da influência soviética. Terminada a bipolaridade, dada a ausência da competição ideológica e militar com o comunismo internacional, a extensão dos interesses dos EUA foi reduzida, para que houvesse uma maior concentração de esforços nas necessidades concretas relacionadas à manutenção de sua hegemonia tecnológica e econômica. Assim sendo, de modo geral, os principais interesses norte-americanos no Terceiro Mundo pós-Guerra Fria serão:

- a garantia do fornecimento de importações críticas - sob as melhores condições possíveis;
- a expansão de mercados para suas exportações;
- a contenção do desenvolvimento tecnológico em áreas de interesse militar - especialmente no tocante à energia nuclear e atividades espaciais; e,
- a contenção do narcotráfico, da proliferação de armas de alta tecnologia e letalidade, a proteção am-

biental e, a segurança contra o terrorismo internacional.

Por conseguinte, o interesse concreto norte-americano no Terceiro Mundo localizar-se-á em regiões próximas como o México, a América Central, o Caribe e o norte da América do Sul; áreas fornecedoras de matérias-primas críticas, como o Golfo Pérsico (petróleo); e, ainda, países de interesse econômico, político e histórico como a Coreia do Sul, Filipinas e Israel. De modo geral, entretanto, a necessidade de expansão de mercados para suas exportações e a manutenção da hegemonia militar e tecnológica deverão exigir o controle mundial sobre as atividades relacionadas à pesquisa e desenvolvimento em áreas sensíveis como a nuclear e a espacial - e o processo de aquisição de armas de alta letalidade e à degradação ambiental.

O Brasil e o "Cone Sul" - O conflito ideológico provocado pela "Guerra Fria" repercutiu intensamente por toda a América Latina. Na América do Sul, o ataque direto da subversão comunista obrigou o emprego intensivo das Forças Armadas de diversos países. No Chile e na Argentina, a luta contra o inimigo comunista forçou a tomada do poder civil pelos militares.

No Brasil, à semelhança do que ocorreu com os países vizinhos, as Forças Armadas, antes estruturadas para o combate convencional contra um inimigo externo, também tiveram de lutar para vencer forças de oposição violenta em seu próprio território. A necessidade de combater o inimigo interno infiltrado em quase todas as instituições civis, compeliu os militares a assumir o governo do País, sob intenso

apoio popular, em 1964.

A instabilidade provocada pela ação do inimigo interno, e também pela permanente ameaça externa causada por freqüentes e inesperadas mudanças nas estruturas político-ideológicas dos países vizinhos, determinaram a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, pela Escola Superior de Guerra. Tal doutrina, de modo geral, reforçava a histórica continentalidade da política de segurança nacional, enfatizando a presença da força terrestre em todos os pontos do território nacional para o combate ao inimigo interno e, principalmente, concentrando maior poder de combate terrestre na faixa de fronteira, situada no Cone Sul (20:43).

Apesar de considerar o confronto com a Argentina, como ameaça externa mais provável, o enfoque essencialmente terrestre daquela Doutrina, elaborada sob a forte influência do Exército Brasileiro, relegou à Força Naval (e também à Força Aérea) o desempenho de tarefas relacionadas apenas ao transporte e apoio logístico para a Força Terrestre.

Mesmo subaproveitada no contexto da política de segurança nacional então vigente, a necessidade do cumprimento de sua tarefa tradicional de proteção ao tráfego marítimo, no Atlântico Sul, possibilitou à Marinha do Brasil uma relativa expansão e modernização, além da criação de uma importante capacitação industrial para a construção naval na década de 1970. Durante a Guerra Fria, a Marinha, dada a importância do Atlântico Sul no contexto da estratégia norte-americana de contenção, participou intensamente de exercícios combinados com a Marinha dos EUA.

Considerado o maior aliado sul-americano dos Estados

regime de exceção. Na Argentina, a dramática queda do prestígio nacional dos militares, em face da derrota nas Malvinas, produziu uma passagem traumática para o poder civil, bem como o término daquilo que era considerado como a "guerra fria" no Cone Sul pela hegemonia militar regional. Reduzida a tensão na fronteira, a aproximação tornou-se inevitável, sendo logo iniciada pelo primeiro governo civil argentino e brasileiro.

Ao processo de redemocratização seguiu-se a reforma constitucional e a reformulação das políticas de segurança nacionais em quase todos os países, desta vez sob a liderança do poder civil.

Durante o conflito do Golfo Pérsico, a Argentina, diferentemente do Brasil, participou da coalizão liderada pelos EUA, enviando meios navais para apoiar a invasão e a derrota do Iraque. Tal fato, considerado com participações anteriores, demonstra que aquele país está executando uma forte política de aproximação e alinhamento militar com os EUA. Apesar de não ter participado da coalizão, o Chile vem, também, incrementando seu relacionamento militar com os EUA, por meio da realização de exercícios navais no Pacífico.

Atualmente, os países do Cone Sul estão sentindo a necessidade de articular, cada vez mais, as suas economias, de modo a enfrentar a competição econômica do mundo pós-Guerra Fria. A integração regional no MERCOSUL, então, passou a ser o melhor espaço para a inserção desses países no cenário internacional do século XXI, sendo que a inclusão de outros participantes propiciará um maior peso político

diante das pressões dos países desenvolvidos.

SEÇÃO II - "FORWARD FROM THE SEA"

Dada a ocorrência de mudanças significativas no cenário mundial, causadas pelo colapso da União Soviética, os Estados Unidos decidiram, em agosto de 1991, reformular sua estratégia nacional. Em decorrência, cerca de um ano depois, a Marinha norte-americana elaborou sua nova concepção estratégica de atuação para os anos pós-Guerra Fria e as primeiras décadas do século XXI. Tal proposição, denominada "From the Sea", além de prescrever a manutenção de algumas tarefas tradicionais, ressaltava a necessidade do emprego das forças navais para projeção de poder, em face da ocorrência de crises político-militares e/ou conflitos regionais, no Terceiro Mundo.

Posteriormente, tal conceito foi expandido para "Forward from the Sea", sendo ressaltada a necessidade da "ação de presença avançada", em regiões de interesse estratégico norte-americano, e da capacitação especial para "guerra expedicionária", fora do contexto de guerra global, em resposta à crises e conflitos regionais.

De modo geral, o novo conceito estratégico naval norte-americano inova significativamente quando atribui uma maior probabilidade para a ocorrência de crises e/ou conflitos regionais, relativamente à guerra global marítima. Mas, a capacitação para deterrência ou defesa no contexto de uma guerra global, continuará a ser implementada, ainda que em menor escala, apesar de sua relativa improbabilidade; ou seja, a Marinha norte-americana deverá, ainda, pro-

ver plataformas submarinas e de superfície para lançamento de mísseis estratégicos, tendo em vista, principalmente, a instabilidade política corrente na Eurásia, região que inclui a Rússia e a China.

Para enfrentar a ameaça decorrente de prováveis crises e/ou conflitos no Terceiro Mundo, o conceito estratégico "Forward from the Sea" enfatiza a necessidade da manutenção de forças navais desdobradas em "ação de presença avançada" capacitadas para projetar poder sobre terra. Para permitir a consecução de tal resposta às ameaças regionais, o conceito reitera, também, a necessidade de capacitações para a conquista da supremacia no mar, manutenção de seu controle, e transporte marítimo estratégico de forças militares.

A capacitação referida como "ação de presença avançada", conforme o novo conceito estratégico, deve abranger, além das forças navais norte-americanas baseadas em países amigos, formações navais nucleadas em navios aeródromos com aviação tática de múltiplo emprego e grupos anfíbios prontos para atuação em uma grande diversidade de contingências. O conceito de "ação de presença avançada" também refere-se ao apoio que deve ser provido, permanentemente, à política exterior norte-americana em regiões e atividades de interesse, como: visitas rotineiras a portos estrangeiros; realização de exercícios combinados com forças navais amigas; e, participações em operações de assistência humanitária e de calamidades públicas.

A ênfase dada à projeção de poder no Terceiro Mundo privilegia a ação das forças navais norte-americanas em áreas marítimas litorâneas ("brown waters") relativamente

às operações em alto mar ("blue waters"). O enfoque litorâneo ressalta a importância da concepção de um novo campo de batalha, envolvendo terra, mar e ar, situado junto a costa do inimigo regional. Nesse particular, o conceito "Forward from the Sea" refere-se à flexibilidade singular da aviação naval que, operando a partir de navios aeródromos ou campos de pouso expedicionários, podem prover o apoio aéreo necessário à condução das operações em áreas marítimas litorâneas.

Em caso de ocorrer uma escalada em uma crise regional, à semelhança do que foi feito no recente conflito do Golfo Pérsico, as forças navais deverão assumir um papel de crítica importância para o transporte ao longo de linhas de comunicação marítimas até o teatro do conflito. O sucesso de uma intervenção regional depende, diretamente, do transporte de armas e equipamentos de grande peso, somente transportáveis por mar, bem como de grande quantidade de itens para suprimento dos elementos terrestres e aéreos envolvidos. O Poder Naval é considerado essencial para o emprego do poder militar terrestre dos Estados Unidos em operações fora de seu território.

A conceituação de força expedicionária ressalta a necessidade de se obter um efeito sinérgico, ou seja, um significativo aumento de poder de combate decorrente da combinação dos componentes terrestres, navais e aéreos.

Nenhuma força singular norte-americana pode, de forma isolada e independente, incorporar as capacitações militares necessárias para responder a todas as ameaças externas. A atual estratégia militar dos Estados Unidos requer que

todas as forças singulares possam operar de forma integrada em todos os teatros e operações militares, de modo que o poder militar norte-americano possa ser aplicado em uma grande diversidade de situações em tempo de paz, crise, conflito regional e nas operações de pacificação subsequentes.

Dados os meios necessários para implementação do conceito "Forward from the Sea" e as considerações relativas à eficácia de seu emprego, além das reduções de custos que devem ser produzidas, a conceituação de Força Básica (Base Force) é considerada essencial à viabilidade de sua aplicação. Tal conceito, ao prever uma redução significativa de forças, não desconsidera a possibilidade de, em face de uma inesperada ameaça, retornar aos níveis anteriores à redução então efetuada (39:43).

A dimensão espacial - Desde o início deste século, as marinhas de todo o mundo tiveram de vencer desafios de extrema dificuldade, combatendo em ambientes geográficos sucessivamente produzidos pela alta tecnologia, como o submarino, o meio aéreo, o espectro eletromagnético e o nuclear. Ao final deste século e na direção do futuro, a alta tecnologia fez surgir um novo ambiente de combate para o Poder Naval, qual seja, o espaço.

Apesar de seu recente emprego no conflito do Golfo Pérsico, a escala do novo desafio, dadas suas potencialidades para o apoio às forças navais, ainda não foi completamente avaliada. Mas, a conveniência do seu emprego em proveito do Poder Naval já é verdade considerada indiscutível. Em outubro de 1983, o Almirante James D. Watkins, durante a

cerimônia de inauguração do Comando Naval Espacial da Marinha norte-americana, afirmou que "o controle do espaço é o controle do mar". Quatro anos depois, seu sucessor, Almirante "Trost" declarou que "hoje já sabemos que em tempo de guerra, mesmo em um conflito convencional e de curta duração, os dois contendores engajarão uma luta de atrito no espaço até que surja o vencedor. Este irá, então, usar o sistema sobrevivente para decidir a luta nos oceanos e nos continentes" (18:128).

A grande dificuldade atual, mais limitada pelas restrições orçamentárias e pela falta de imaginação do que pela tecnologia, é a consecução de um melhor emprego das múltiplas dimensões do Poder Naval. Atualmente, a Marinha norte-americana prioriza o desenvolvimento de emprego do meio espacial no desempenho de tarefas de navegação, comunicação, direção de alvos, inteligência (reconhecimento e vigilância) e meteorologia.

Apesar das dificuldades atuais para uma completa integração do meio espacial ao meio naval, o sucesso de alguns precedentes históricos, como foi o caso da integração do meio aéreo às operações navais de superfície, poderão modelar a consecução da proficiência desejável. Além do mais, o Poder Naval possui uma estrutura de lógica estratégica que, certamente poderá ser adaptada para inclusão da nova dimensão espacial

O valor do apoio provido por sistemas espaciais, entretanto, pode variar conforme o tipo de conflito. Apesar da operação "Desert Storm", em 1992, ter comprovado a importância e a utilidade do apoio espacial, a exploração

deste apoio pelos Estados Unidos foi efetuada sem qualquer oposição por parte do inimigo. Em futuros conflitos a exploração do meio espacial pode ser reduzida por contramedidas eletrônicas, ou de ataque direto à plataformas terrestres ou espaciais.

A estrutura do Poder Espacial assemelha-se, de modo geral, a do Poder Naval. Ambos os poderes incluem instalação em terra, comunicação e veículos em navegação no meio considerado. Assim como a guerra naval pode incluir ataques contra unidades no mar, instalações em terra e bloqueio de comunicações, o mesmo ocorre com a guerra espacial. Além do mais, à medida que o meio espacial for crescendo de importância, é possível se imaginar o crescimento correspondente dos incentivos destinados à sua neutralização.

O fato acima serviu para marcar o início de um novo tempo, marcado pela hegemonia militar dos Estados Unidos, e o retorno do emprego do Poder Naval aos primórdios de sua aplicação em águas litorâneas.

De ocorrência do alívio da ameaça nuclear soviética e do acirramento da competição econômica mundial, diversos fatores internos nos países desenvolvidos passaram a pressionar por menores gastos no setor militar, obrigando-os a reformular conceitos e concepções estratégicas. A resposta norte-americana foi a criação do conceito de Força Base, ou Força Total ("Base Force") - uma completa e eficaz integração dos recursos militares - onde é ressaltado e preservado o Poder Naval, especialmente, por sua maior probabilidade de emprego nas próximas décadas.

CAPÍTULO 3

O SÉCULO XXI

SECÃO I - TENDÊNCIAS DE EMPREGO DO PODER NAVAL

Durante quase meio século, até o fim da Guerra Fria, o emprego do Poder Naval pelas superpotências navais focalizou, de forma quase exclusiva, a possibilidade do confronto em alto-mar, em um cenário de guerra global marítima. Há poucos anos, entretanto, a União Soviética fragmentou-se, e tal fato possibilitou que uma coalizão internacional, liderada pelos Estados Unidos, pudesse atuar, a partir de áreas marítimas litorâneas, em um grave conflito regional, invadindo e derrotando as forças de um país do Terceiro Mundo, no Golfo Pérsico.

O fato acima serviu para comprovar o início de um novo tempo, marcado pela hegemonia militar dos Estados Unidos, e o retorno do emprego do Poder Naval aos primórdios de sua aplicação em águas litorâneas.

Em decorrência do alívio da ameaça nuclear soviética e do acirramento da competição econômica mundial, diversos fatores internos nos países desenvolvidos passaram a pressionar por menores gastos no setor militar, obrigando-os a reformular conceitos e concepções estratégicas. A resposta norte-americana foi a criação do conceito de Força Base, ou Força Total ("Base Force") - uma completa e eficaz integração dos recursos militares - onde é ressaltado e preservado o Poder Naval, especialmente, por sua maior probabilidade de emprego nas próximas décadas.

Em tais circunstâncias, dada a ênfase na busca da eficiência com redução de custos, as tendências de emprego do Poder Naval, no próximo século, devem ser diretamente correspondentes às suas principais demandas, consideradas em uma ordem decrescente de probabilidade de ocorrência:

- o apoio à política exterior;
- confronto de crises e/ou conflitos regionais; e
- deterrência nuclear, ou defesa estratégica em guerra global marítima.

Em apoio à política externa, o Poder Naval será empregado em ação de presença avançada - ou seja, meios navais, estratégica e permanentemente localizados em áreas de interesse, de modo a dissuadir ou defender uma eventual agressão regional. A ação de presença avançada visa: projetar uma imagem positiva do Poder Nacional; criar condições para futuras alianças e coalizões; estimular os contatos diplomáticos; apoiar aliados e demonstrar a disposição e a capacidade de intervir, se necessário for.

As forças-tarefa em ação de presença avançada serão constituídas por unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, capacitadas para a consecução de um extenso espectro de operações, inclusive a realização de exercícios combinados com forças amigas, apoio à calamidades públicas e assistência humanitária. A ação dessa força terá um caráter preventivo, pelo valor de sua dissuasão, e precursora, por possibilitar a imediata conquista de superioridade aérea e naval, até a chegada de forças expedicionárias em reforço.

Provocada por razões diversas, inclusive pelo fim da estabilidade provida pela bipolaridade nuclear, o surgimento de uma eventual desordem regional, agravada pela inexorável proliferação de armas de alta tecnologia e letalidade, será a principal preocupação dos centros de poder mundiais, nas próximas décadas. Dadas suas vantagens específicas de mobilidade, versatilidade e flexibilidade, aproveitadas mesmo no período da Guerra Fria, o Poder Naval resalta como o instrumento adequado do Poder Militar Nacional para enfrentar a ameaça regional.

Quanto ao emprego em crises político-estratégicas - ou seja, quando a dissuasão e a diplomacia falharem - além da intervenção militar direta, as forças navais serão, também, empregadas na proteção ao tráfego marítimo, transporte estratégico, minagem e varredura, apoio aéreo aproximado, defesa aeroespacial, etc.

O fato de privilegiar as operações litorâneas em detrimento das operações em alto-mar, criará desafios sobre os sistemas de armas navais e estruturas das forças navais, tendo em vista as ameaças litorâneas relativas à minagem, mísseis terra-mar, aviação baseada em terra, e, principalmente, submarinos operando em águas rasas.

A ocorrência de conflitos regionais e a tentação de intervir, deverá ser o principal desafio da diplomacia e estratégia militar nas próximas décadas. A manutenção da imagem internacional de "mais forte e mais justo" será sempre considerada pelo poder naval dominante, em face da possibilidade do uso da força. Mesmo no caso da conquista ou preservação de vantagens políticas, econômicas ou milita-

res, ou de "guerras de interesse", a justificativa da "guerra de consciência" estará sempre presente.

Dessa forma, o processo de tomada de decisão a favor da intervenção será, certamente, muito afetado pela opinião pública - interna e externa, podendo exigir o apoio formal do Congresso Nacional, e/ou de instituições internacionais de grande peso político. Particularmente, a formação de coalizões, sob o patrocínio de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), serão sempre procuradas, tanto pelo valor político dessas instituições, quanto pela necessidade de obter-se eventuais vantagens de apoio estratégico e/ou logístico.

A demanda por uma capacitação de deterrência nuclear e/ou de defesa estratégica, apesar de sua baixa probabilidade de ocorrência, é ainda considerada importante no cenário mundial do século XXI. Por tal razão, ainda que em menor escala, o Poder Naval predominante manterá a disponibilidade de plataformas de superfície e submarinas para o lançamento de mísseis estratégicos de diversos tipos.

Dada a projeção das principais demandas estratégicas, anteriormente referidas, o emprego do Poder Naval será compatível com o atendimento das mesmas; entretanto, sob forte influência de novos meios produzidos pela alta tecnologia militar. De modo geral, espera-se um extraordinário avanço do apoio provido pelo meio espacial em todos os campos de interesse militar, principalmente, para o controle do mar.

SEÇÃO II - SUBSÍDIOS PARA UM PODER NAVAL BRASILEIRO

O Brasil deverá defrontar-se, no limiar do século XXI, como potência regional do Terceiro Mundo, em um cenário mundial menos ordenado e mais instável do que nos tempos da "Guerra Fria". Apesar do esforço de ordenamento realizado por instituições tradicionais - como a ONU e a OEA - e o fenômeno da "globalização", a disputa acirrada pelo poder político, econômico e tecnológico - incluindo países recentemente convertidos ao capitalismo - deverá ser bastante exacerbada.

Assim, o objetivo nacional brasileiro de desenvolvimento e sua forma de inserção internacional deverão defrontar-se com grandes desafios, que exigirão negociações intensas sob novas concepções de política externa. Tais concepções, já livres das pressões da Guerra Fria, poderão evoluir em maiores e mais distantes espaços, possibilitando ao Poder Naval desempenhar sua função essencial de habilitador de desenvolvimento e poder.

Por outro lado, o fim da "guerra fria" no Cone Sul, ou seja, a redução da ameaça entre os Estados que o constitui, possibilita a configuração de uma "insularidade relativa" para o Brasil, aumentando sua maritimidade e projetando seu Poder Naval, como ocorreu nos Estados Unidos da América.

A necessidade de apoio à política externa, então, representará um incremento na demanda estratégica de maior probabilidade de ocorrência. Tal fato, exigirá um maior emprego do Poder Naval em "ação de presença", principalmente: na costa ocidental da África; na Antártica; no Atlântico Sul; na costa ocidental da América do Sul; no Pacífico; e, na bacia amazônica e Mar do Caribe. A ação de presença de-

verá envolver: visitas rotineiras a portos; realização de exercícios navais, individuais e simultâneos, com as Marinhas do Cone Sul, seguindo-se um grande exercício com a Marinha norte-americana; participação em operações de Força de Paz da ONU/OEA; e, exercícios na bacia amazônica. Particularmente, a participação em exercícios combinados com a Marinha norte-americana é especialmente recomendada, dada a recente participação argentina e chilena em eventos semelhantes.

Para manterem remotas as possibilidades de qualquer ameaça militar de caráter regional e extra-regional, o Brasil deverá expandir suas relações e participações em organismos internacionais, ao mesmo tempo em que deverá aprofundar os seus vínculos regionais no continente. O estabelecimento de relações de interdependência e a participação ativa em megablocos, a partir do Mercosul, são a deterrença, nos tempos pós-Guerra Fria, contra o uso da força para solucionar conflitos de interesse.

No que concerne a problemas globais relacionados ao meio ambiente, não-proliferação de armas de alta tecnologia e letalidade e combate ao narcotráfico internacional, a potencialidade de eventuais ameaças será reduzida via negociação diplomática e adoção de medidas efetivas.

Apesar da remota probabilidade de uma agressão militar, entretanto, a demanda estratégica pelo emprego do Poder Naval em "ação de defesa litorânea" não deve ser descartada. Tal tipo de demanda, contra um agressor regional ou extra-regional, inclui conceitos relativos à defesa afastada, defesa de costa e defesa de porto ou de área ma-

rítima restrita. O atendimento a tal demanda exigirá meios navais específicos como submarinos convencionais e meios de superfície, além do apoio aproximado de outras Forças Singulares, que deverá incluir, principalmente, baterias de mísseis de defesa de costa e aviação baseada em terra.

Dadas as duas principais tendências de emprego do Poder Naval brasileiro para o próximo século - ação de presença e defesa litorânea - pode-se imaginar uma outra tendência relativa à deterrência naval, ainda que de menor probabilidade de ocorrência, referindo-se à futura capacitação para defesa distante por submarino nuclear.

O emprego do Poder Naval no século XXI será muito influenciado pelo apoio espacial. Tal fato deve requerer um esforço especial de pesquisa e desenvolvimento de contramedidas que possam reduzir a eficácia do uso de tais sistemas por potências hostis.

A tendência para um maior emprego do Poder Naval, no caso brasileiro, deverá requerer a aprovação de maiores parcelas orçamentárias, fato que demandará um amplo e continuado esforço de esclarecimento da opinião pública e do Congresso Nacional. Particularmente, a cooptação de grupos de pressão, vinculados a interesses na construção de um eventual reaparelhamento, dadas as vantagens econômicas e sociais de sua produção no País, deve ser medida especialmente considerada.

A necessidade de uma estratégia militar nacional, integrada é cada vez mais crítica e urgente. A semelhança do ocorrido em outros países, espera-se que a unificação das Forças Singulares, em nível e forma adequados, proporcione,

ao longo de poucos anos, uma maior eficácia em todo o poder militar brasileiro.

- 1) ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
- 2) AMORIM, Celso L. N. O Brasil e a ordem internacional Pós-Golfo. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, v.13, n.1, p.25-34, jan./jun. 1991.
- 3) BORDEJÉ Y MORENO, Fernando de. Vicissitudes de una política naval. Madrid: San Martín, 1993.
- 4) BOOTH, K. Las armadas y la política exterior. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1980.
- 5) BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI - 219 A. Guia para elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1992.
- 6) _____. EGN-213 A. Guia para elaboração de resumos e sinopses. Rio de Janeiro, 1981.
- 7) BRASIL. Lei Complementar n.º 69, de 23 de julho de 1991. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v.139, n.141, p.14713-14714, 24 jul. 1991. Seção 1, pt.1.
- 8) BRASIL. Presidência da República. Comissão Intergovernamental para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: Secretaria de Imagem da Presidência da República, 1991.
- 9) CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Delimitamentos da Estratégia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.
- 10) _____. História Marítima. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- 11) CAMPOS, Roberto. Antologia do bom senso. Rio de Janeiro: Topbooks, Escola de Mercadorias & Futuros, 1996.
- 12) CASTRO, Jalcias da Silva. Construído o futuro: o mundo e nós no início do século. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.114, n.10/12, p.33-46, out./dez. 1994.

BIBLIOGRAFIA

- 1) ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
- 2) AMORIM, Celso L. N. O Brasil e a ordem internacional Pós-Golfo. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, v.13, n.1, p.25-34, jan./jun. 1991.
- 3) BORDEJÉ Y MORENCOS, Fernando de. Vicisitudes de una política naval. Madrid: San Martín, 1983.
- 4) BOOTH, K. Las armadas y la política exterior. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1980.
- 5) BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI - 219 A. Guia para elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1992.
- 6) _____. EGN-215 A. Guia para elaboração de teses e monografia. Rio de Janeiro, 1981.
- 7) BRASIL. Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, v.139, n.141, p.14713-14714, 24 jul. 1991. Seção 1, pt.1.
- 8) BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1991.
- 9) CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Delineamentos da Estratégia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.
- 10) _____. História Marítima. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- 11) CAMPOS, Roberto. Antologia do bom senso. Rio de Janeiro: Topbooks, Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1996.
- 12) CASTRO, Jelcias da Silva. Construindo o futuro: o mundo e nós ao início do século. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.114, n.10/12, p.33-46, out./dez. 1994.

- 13) DAVIDSON, Ian. Os pessimistas estão de volta. Gazeta Mercantil, São Paulo, 17 set. 93, p.4.
- 14) FLORES, Mário César. Bases para uma política militar. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- 15) FORWARD ... from the sea. Washington, DC: Marine Corps Gazette, 1994.
- 16) FROM globalism to regionalism. Washington, DC: National Defense University, 1993.
- 17) FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- 18) GRAY, Colin S. The navy in the post-cold war world. University Park, PA: The Pennsylvania State University, 1994.
- 19) _____. War, peace, and victory. New York: Simon and Shuster, 1990.
- 20) HAYES, Margaret Daly. By example: the impact of recent Argentine naval activities on southern cone naval strategies. Alexandria, Virginia: Center for Naval Analyses, 1994.
- 21) HUNTINGTON, Samuel P. A mudança nos interesses estratégicos americanos. Política Externa. São Paulo, v.1, n.1, p.16-30, jun. 1992.
- 22) KENNEDY, Paul. Preparando para o século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- 23) KISSINGER, Henry. Governo Clinton precisa definir sua política externa. O Estado de São Paulo, São Paulo, 26 out. 1993. P.A2.
- 24) MEDIDAS de confianza mutua y verificacion. Santiago, Chile: Francisco Rojas, 1995.
- 25) MORGENTHAU, Hans J. Politics and nations: the struggle for power and peace. 4.ed. New York, New York: Alfred A. Knopf, 1967.
- 26) NACIONAL military strategy of the United State. Washington, DC: Department of the Navy, 1992.
- 27) NACIONAL security strategy of the United States. Washington, DC: The White House, 1993.

- 28) PINOCHET UGARTE, Augusto. El Ejercito de Chile y las nuevas proyecciones del conflicto. Santiago, Chile: [s.n.], Conferência proferida em ago. 1995.
- 29) ROUQUIÉ, Alain. O extremo-ocidente: introdução à América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991. v.115, n.10/12, p.75-94, set./dez. 1995.
- 30) SARDENBERG, Ronaldo Mota. A política brasileira para os cenários da globalização. Rio de Janeiro: EGN, 1996. Palestra proferida na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 27 maio 1996.
- 31) _____. A política da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Rio de Janeiro: EGN, 1996. Palestra proferida na Escola de Guerra Naval em 9 jul. 1996.
- 32) _____. O Brasil e a inserção estratégica. Brasília: SAE/PR, 1996. Palestra proferida no Centro de Estudos de Aeronáutica e Espaço em 15 maio 1996.
- 33) _____. Inserção estratégica do Brasil no cenário internacional. Brasília: SAE/PR, 1995. Palestra proferida no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo em 10 mar. 1995.
- 34) SILVA, Roberto Gama e. Por que um submarino nuclear?. Revista do Clube Naval, Rio de Janeiro, v.107, n.300, p.22, 1996.
- 35) SOUZA, Marco Polo A. C. de. O poder naval em cenários político-estratégicos da atual realidade internacional e de futuros prospectivos. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.115, n.7/9, p.109-125, jul./set. 1995.
- 36) TILL, Geoffrey. Modern sea power. London, GB: Brassey's Defence, 1987.
- 37) THURLOW, Lester. Cabeça a cabeça: a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- 38) TOFFLER, Alvin e Heidi. Criando uma nova civilização: a política da terceira onda. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- 39) TRUVER, Scott C. Tomorrow's fleet. Proceedings, Annapolis, Md, v.118, n.1, 072, p.43, June 1992.
- 40) VADNEY, T. E. The world since 1945. New York: Facts on File, 1987.

- 41) VIDIGAL, Armando A. Ferreira. Uma estratégia marítima para o Brasil. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.116, n.1/3, p.55-90, jan./mar. 1996.
- 42) _____. Uma reavaliação do papel das Forças Armadas no contexto atual. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.115, n.10/12, p.75-94, out./dez. 1995.
- 43) "WORKSHOP" SOBRE POLÍTICA DE DEFESA, 26 de abril de 1994, Brasília. Documento de Trabalho número 16. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), 1994.

MARINHA DO BRASIL

EGN

15/05/2007 15:39:19

Recibo de Emprestimo

Usuario

74104215 Marcio Magno de Farias Franco e Silva

Descricao do(s) Exemplar(es)

91094 A estratégia naval em evolução.

Num. Cham. :8-C-74 Ac.71003

Tipo de Emprestimo :normal

Data Emprestimo :15/05/2007 15:39:19

Data Dev. Prevista :30/05/2007

Atendente: nathanael

MARINHA DO BRASIL

EGN

15/05/2007 15:39:19

Recibo de Emprestimo

Usuario

74104215 Marcio Magno de Farias Franco e Silva

Descricao do(s) Exemplar(es)

100883 O emprego do poder naval no século xxi

Num. Cham. :8-C-80 Ac.71002

Tipo de Emprestimo :normal

Data Emprestimo :15/05/2007 15:39:19

Data Dev. Prevista :30/05/2007

Atendente: nathanael